



Seção Judiciária do Distrito Federal  
6ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 1007924-98.2019.4.01.3400  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
AUTOR: CONFEDERACAO NACIONAL DAS CARREIRAS TIPICAS DE ESTADO  
Advogados do(a) AUTOR: CLAUDIO RENATO DO CANTO FARAG - DF14005, FELIPE  
TEIXEIRA VIEIRA - DF31718

RÉU: SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, UNIÃO  
FEDERAL

### DECISÃO

Trata-se de ação de ação de conhecimento, sob o rito comum ordinário, ajuizada pela **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS CARREIRAS TÍPICAS DO ESTADO – CONACATE** em face da **UNIÃO e do SERPRO**, em que pretende provimento judicial, em sede de tutela de urgência, “para ao suspender os efeitos da Medida Provisória 873, de 1º de março de 2019, determinando-se à demandada que mantenha os descontos/consignações em folha das mensalidades/contribuições sindicais mensais solicitadas pela autora, sem ônus para a entidade sindical e sem qualquer outra exigência, ou Que seja deferida a tutela de urgência para determinar ao segundo réu que mantenha os repasses das contribuições sindicais em favor da Autora, uma vez que decorre de autorização dos próprios filiados”.

Em síntese, a entidade sindical insurge-se contra a Medida Provisória 873/2019, que altera a CLT (ao dispor que a cobrança de contribuições sindicais estará condicionada à autorização prévia e ao pagamento por boleto ou equivalente eletrônico) e revoga a alínea “c” do art. 240 da Lei nº 8.112/1990, que prevê o desconto em folha das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria.

Sustenta que a Medida Provisória ofende a liberdade sindical e contraria a Constituição Federal, notadamente quanto ao art. 8º, IV, que prevê o desconto em folha da contribuição sindical destinada ao custeio do sistema confederativo, fato que importará em grave prejuízo econômico-financeiro à entidade.

Inicial instruída com procuração e documentos.

Custas recolhidas.



Processo distribuído por dependência ao processo n. 1005771-92.2019.4.01.3400/6ª Vara, em cumprimento ao despacho 7844778 proferido no processo SEI nº 0003720-84.2019.4.01.8005 (Id. Num. 43487030).

É o relatório.

### **Decido.**

Preliminarmente, reconheço de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública, a ilegitimidade “ad causam” do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO.

Com efeito, o SERPRO é apenas contratado da União por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de manutenção de ambiente, desenvolvimento de soluções para processamento dos descontos obrigatórios e facultativos em relação aos servidores do Poder Executivo e às consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE/SIAPENET e serviços relativos às consignações de servidores públicos federais. Assim, lhe compete apenas cumprir as orientações da contratante – União.

É verdade que o SERPRO efetiva os cálculos das consignações, contudo, não detém nenhuma autonomia para seleção dos critérios a serem adotados, o que cabe exclusivamente à União.

Assim, o SERPRO deverá ser excluído do polo passivo desta demanda.

Retifico de ofício, o valor da causa para o valor de R\$ 20.000,00, com fundamento no art. 292, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, considerando que o valor atribuído à demanda não reflete o conteúdo econômico do pedido, uma vez que a pretensão deduzida refere-se a obrigação de fazer (manter consignação em folha de pagamento), e não pagar quantia, tendo em vista que o numerário correspondente às mensalidades é atribuído aos associados, e não à União.

Passo ao exame do pedido de tutela antecipada de urgência.

A concessão da tutela de urgência exige a presença simultânea de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano, a teor do art. 300, *caput*, do NCPC.

Nesse exame de cognição sumária, vislumbro a presença de ambos os requisitos.

Com o advento da Lei 13.467/2017, que promoveu a denominada “reforma trabalhista”, foi extinta a contribuição sindical obrigatória, passando-se a exigir prévia e expressa autorização do empregado ou servidor público componente da categoria profissional respectiva. A constitucionalidade da referida alteração legislativa foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, por meio do julgamento da ADI 5794 (julgada em conjunto com outras 18 ADIs) e da ADC 55 (<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=382819>).

A Medida Provisória nº 873, editada em 1º de março de 2019, estabelece, contudo, nova forma de pagamento das contribuições facultativas, as quais, por ratio essendi, contam com



prévia manifestação de vontade do sindicalizado, passando a impor seu pagamento por boleto, quando a Constituição Federal 1988 prevê a possibilidade de desconto em folha (art. 8º, IV).

Cumpra-se destacar que o desconto em folha para pagamento das mensalidades sindicais demanda custos de operação e organização prévia, de sorte que a alteração legislativa (de vigência imediata), às vésperas da data prevista para o fechamento de folha, desestabiliza as entidades em tela, sem conferir tempo hábil para adequação às novas regras. As entidades sindicais contam, porém, com a proteção do texto constitucional, o qual prevê, expressamente, a liberdade de associação profissional ou sindical (cf. art. 8º, caput, e art. 37, VI, da CF/88).

Nesse contexto, verifico a presença de fundamento relevante para a concessão da tutela de urgência, ante a existência de expressa previsão constitucional quanto ao desconto em folha de mensalidades sindicais.

O periculum in mora, por sua vez, decorre da impossibilidade dos sindicatos reorganizarem seu sistema de cobrança das mensalidades respectivas, no curto prazo de tempo advindo desde a publicação da MP 873/2019.

Ante o exposto, **julgo extinto o processo, sem resolução do mérito**, nos termos do art. 485, VI, do CPC em relação ao SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO; e **defiro o pedido de tutela de urgência** para determinar a ré que proceda ao desconto em folha da contribuição sindical dos filiados devida à entidade autora.

Sem condenação em honorários advocatícios, pois não houve citação da parte contrária.

Retifique-se o valor da causa.

Intime-se com urgência para cumprimento.

Oficie-se o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO para que tome ciência da decisão, afim de que possa operacionalizar o cumprimento desta decisão por parte da União.

Publique-se. Cite-se.

Brasília, 29 de março de 2019.

(assinatura digital)

**IVANI SILVA DA LUZ**

Juíza Federal Titular da 6ª Vara/DF

